



greve NACIONAL

18 NOV

Não aceitamos continuar a empobrecer!

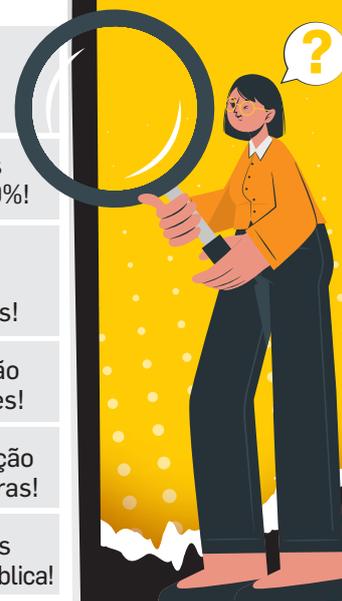
Os trabalhadores da Administração Pública – Local, Regional e Central – estarão em greve no dia 18 de Novembro para exigir a valorização urgente dos salários e a reposição do poder de compra.

A inflação prevista em 2022 é de 7,8%, mas o governo PS propõe “aumentos” médios de 3,6%. Resultado? A continuação do empobrecimento dos trabalhadores, que só este ano vão perder cerca de um mês de salário. É INACEITÁVEL!

A Frente Comum – na Proposta Reivindicativa Comum para 2023 – apresentou soluções que valorizam os trabalhadores, ao passo que a opção do Governo (inscrita na proposta de Orçamento do Estado para 2023) é a manutenção da política dos baixos salários, da precaridade laboral e do desinvestimento dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado. **Vejamos algumas situações:**

Proposta Reivindicativa Comum 2023 vs. Proposta do Governo

Proposta da Frente Comum	Resposta do governo	Consequência
Aumento imediato dos salários, para repor poder de compra perdido em 2022	Não	Empobrecimento dos trabalhadores!
Aumentos de 10%, com mínimo de 100€, em 2023	Não! 52€ por trabalhador, ou 2%	Empobrecimento! Perdas acumuladas a rondar os 20%!
Valorização das carreiras	Não	Empobrecimento e Administração Pública menos atractiva aos jovens!
Revogação do SIADAP	Não	10 anos para subir 1 posição para 75% dos trabalhadores!
Repor a diferença entre os níveis da TRU	Não	Continuação da desvalorização da complexidade das carreiras!
Relevante ou equivalente neste biénio	Não	Só valorizam com palavras o trabalho na Administração Pública!



O governo PS anuncia “medidas que revelam grande esforço”! Mas serão mesmo?

Proposta da Frente Comum	Resposta do governo	Consequência
850€ - salário mínimo na Administração Pública	761,58€	Não permite recuperar o poder de compra perdido
9€ - Subsídio de alimentação	5,20€	Borla fiscal às empresas e 0,43€ para os trabalhadores da Administração Pública
Respeito e valorização da antiguidade	Alterar 1 ou 2 posições remuneratórias aos Assistentes Operacionais que tenham, respectivamente, mais de 15 ou de 30 anos de serviço. Medida para “ser negociada”.	Sem proposta não se negocia. A confirmar-se a intenção do governo, quase ninguém será abrangido em 2023.

Diz o governo que quer “perspectivar o futuro”. Mas que compromissos assume afinal?

Medida do governo	Quando será aplicada?	Qual o efeito e compromisso concreto/escrito assumido?
Aumento de 2 posições aos Assistentes Técnicos	EM JANEIRO???	Continuar a empobrecer!
Valorização dos salários em 208€ durante os próximos 4 anos	Logo se vê...	Nenhum
Valorização da TRU ao longo da Legislatura	Logo se vê...	Nenhum

A concretizar-se esta proposta de Orçamento do Estado para 2023, os trabalhadores da administração pública vão confrontar-se com dois factos:

- 1 – O Governo não dá resposta ao aumento brutal do custo de vida em 2022;**
- 2 – O Governo mantém a política de empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública.**

A FRENTE COMUM REIVINDICA, ENTRE OUTRAS MEDIDAS:

- Aumento salarial de 10%, num mínimo de 100 €, para todos os trabalhadores;
- Aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850 €;
- Actualização do subsídio de refeição para 9 €;
- Correção da Tabela Remuneratória Única;
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo;
- Descongelamento das promoções e das progressões nas posições remuneratória, abrangendo todas as carreiras e categorias;
- Reposição das carreiras, índices remuneratórios e dos conteúdos profissionais específicos;
- Valorização das carreiras profissionais específicas;
- Actualização do valor de todos os suplementos remuneratórios.

A luta é essencial para combater as políticas do governo.

ADERE À GREVE NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIA 18 DE NOVEMBRO.

JUNTOS TEMOS MAIS FORÇA! PARTICIPA E MOBILIZA